



MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

EDITAL

Nº 06/AM/EE/2024

PAULA MARIA DANIEL DE MELO LOPES PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, FAÇO PÚBLICO, em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 56º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia dezoito de dezembro dois mil e vinte e quatro, foram tomadas as seguintes deliberações: -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Pela Senhora Presidente da União de Freguesias de São Domingos e Vale de Água, eleita da CDU Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, foi apresentada a seguinte Moção: -----

“Moção -----

Pela vacinação obrigatória e gratuita contra a Febre Catarral Ovina (Doença da Língua Azul) -----

Considerando que: -----

A Febre Catarral Ovina (conhecida como Doença da Língua Azul) tem causado elevadas taxas de mortalidade e abortos nos efetivos de ovinos por todo o país, afetando também bovinos em alguns casos, conforme relatado por organizações como a Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal (CONFAGRI) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA); -----

A situação é agravada pelos elevados custos de produção, pela seca e pelos impactos das alterações climáticas, colocando em risco a sustentabilidade das explorações pecuárias, particularmente as que dependem de raças autóctones em estado de conservação deficitário; -----

O Edital nº 82 da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) já autoriza a vacinação contra o Serotipo 3 do vírus da doença, mas esta ainda não é obrigatória nem gratuita para todos os produtores, o que dificulta o controlo da epidemia; -----

A CNA e a CONFAGRI alertam para o risco de descontrolo da doença, com impacto significativo na sustentabilidade económica das explorações pecuárias, e apelam à implementação de uma vacinação obrigatória gratuita e de medidas de apoio extraordinário; -----

A doença, não contagiosa para humanos, tem graves implicações na economia rural, afetando diretamente a subsistência dos pequenos e médios produtores e contribuindo para o abandono da atividade pecuária em zonas rurais. -----

Vários criadores do concelho já se manifestaram contra a falta de apoios e fizeram também chegar o seu descontentamento à Assembleia da República, tendo o PSD e CDS votado contra e o PS e CH absterido na proposta de alteração ao OE número 751C sobre “Vacinação contra a doença da língua azul” que foi assim chumbada. -----

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 18 de Dezembro delibera: -----

1- exigir ao Governo a implementação de um plano nacional de vacinação obrigatória gratuita contra a Febre Catarral Ovina (Doença da Língua Azul), abrangendo todo o efetivo de ovinos e, prioritariamente, os produtores com Estatuto da Agricultura Familiar. -----

2 – Instar o Governo e a DGAV a realizarem uma campanha nacional de sensibilização e informação, dirigida aos produtores pecuários, sobre as melhores práticas de prevenção e contenção da doença. -----

3 – Exigir ao governo medidas extraordinárias de apoio financeiro para: Compensar as perdas de rendimentos dos produtores decorrentes de mortes de animais, abortos e outros impactos associados à doença; Suportar os custos adicionais relacionados com tratamentos e medidas de prevenção, como redes de proteção e desinsetização; -----
Enviar esta moção: Ministério da Agricultura e Florestas e Desenvolvimento Rural; Direção-Geral de Alimentação e Veterinária; CONFAGRI; CNA; Associação de Agricultores do concelho”.

A Senhora Presidente colocou a moção para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Joaquim António Gamito, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, Fábio Daniel de Figueira Almeida Pereira, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, quatro das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva e Ricardo Jorge da Cruz, um da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira.** -----

Sete abstenções, sendo três dos eleitos da CDU, Senhores Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva e António Mário Conceição da Costa, três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e Maria Teresa Pereira Machado Branco, e um do eleito do Chega, Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro. -----

Pelo Senhor Rui Miguel Pereira Candeias, eleito da CDU, foi apresentada a seguinte Saudação:-----

“Voto de Saudação -----

Saudação aos 10 anos do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO-----

Considerando que: -----

O Cante Alentejano, um cante coletivo sem recurso a instrumentos, combina música e poesia numa manifestação de força, beleza e identidade, sendo uma das mais reconhecidas expressões culturais portuguesas no plano nacional e internacional; -----

A 27 de novembro de 2014, o Comité Internacional da UNESCO reconheceu o **Cante Alentejano** como **Património Cultural Imaterial da Humanidade**, uma conquista que enche de orgulho os alentejanos e todos os portugueses, afirmando o cante como símbolo identitário da região do Alentejo e elemento essencial da cultura e história de Portugal; -----

Este reconhecimento contribui para a **salvaguarda, promoção e valorização** do Cante Alentejano enquanto expressão cultural genuína, com raízes profundas na vida e nas tradições do povo alentejano, e também como forma de resistência e inspiração na luta por direitos, justiça e progresso social; -----

Este feito não seria possível sem o papel decisivo dos **cantadores alentejanos**, dos grupos corais, das **coletividades, associações e instituições**, dos seus dirigentes, ativistas e promotores, bem como das autarquias locais; -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 18 de Dezembro, delibera: -----

1-Saudar os 10 anos do reconhecimento do Cante Alentejano como Património Cultural e Imaterial da Humanidade pela Unesco, reafirmando a sua relevância como símbolo cultural e identitário da região e do país. -----

2-Enaltecer e felicitar todos os cantadores alentejanos, grupos corais, associações e coletividades que mantêm viva esta tradição, bem como os promotores da candidatura à UNESCO e os responsáveis pela sua preservação ao longo dos últimos 10 anos. -----

Enviar esta Saudação para as seguintes entidades: -----

- Grupos Corais Alentejanos e associações culturais do concelho; -----

- Ministério da Cultura; -----

- Delegação da UNESCO em Portugal; -----

A Senhora Presidente colocou a Saudação para discussão. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a Saudação a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

Pelo Senhor João Alberto Machado Guerreiro, eleito da CDU, foi apresentada a seguinte Moção: -----

“Moção-----

Pela urgente requalificação das Estradas Nacionais EN 120, EN 262 e mais segurança no Chaparral e Retiro do Pontão -----

Considerando que: -----

1-A EN 120, particularmente no troço entre Cruz de João Mendes e Santiago do Cacém, encontra-se em condições degradantes, com buracos, fissuras e irregularidades no pavimento, que comprometem a segurança dos condutores, passageiros e peões; -----

2- A falta de manutenção adequada nas localidades do Chaparral (km 77,2) e Retiro do pontão (km 75,5), na freguesia do Cercal do Alentejo, representam um risco significativo para os peões, sobre tudo idosos, devido ao tráfego rodoviário intenso;-----

3- A EN 262 é fundamental para as ligações regionais, nomeadamente entre Santiago do Cacém, Abela e Alvalade, apresenta também um estado avançado de degradação, principalmente entre Abela e S. Domingos, que se agravam consideravelmente a cada inverno;-----

4- Estas vias são cruciais não só para o tráfego de veículos ligeiros, mas também para o transporte de pesados, essenciais para a economia local e regional, incluindo o escoamento de produtos agrícolas e industriais;-----

5- A ausência de intervenções estruturais por parte da Infraestruturas de Portugal (IP) e do Governo representa uma grave falha no investimento público e na garantia de condições de circulação seguras e dignas.-----

6- Mais uma vez em sede de Orçamento de Estado voltaram a ser chumbadas estas obras essenciais.-----

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 18 de Dezembro, delibera:-----

1-Exigir ao Governo e à Infraestruturas de Portugal a requalificação urgente da EN 120, no troço entre Cruz de João Mendes e Santiago do Cacém.-----

2-Solicitar a colaboração de dispositivos de redução de velocidade (como semáforos limitadores) nas localidades do Chaparral e Retiro do Pontão, aumentando a segurança dos peões e condutores.-----

3-Exigir a reparação da EN 262, principalmente entre Abela e S. Domingos, garantindo condições de circulação seguras e adequadas tanto para veículos ligeiros como para pesados, essenciais para a dinâmica económica e social do concelho.-----

4. Manifestar a profunda indignação pela ausência de um plano de investimento e manutenção eficaz por parte do Governo e da Infraestruturas de Portugal, que tem contribuído para o agravamento das condições das estradas nacionais no concelho e têm sido ignoradas em vários Orçamentos de Estado.-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, ao aprovar esta moção, compromete-se a enviar esta deliberação às seguintes entidades: Primeiro-Ministro; Ministro das Infraestruturas; Infraestruturas de Portugal; Comunicação Social.-----

A Senhora Presidente colocou a moção para discussão.-----

Interveio o Senhor Sérgio Manuel da Silva Santiago, eleito da CDU, o Senhor Sérgio Manuel da Silva Santiago, eleito da CDU, o Senhor Ricardo Jorge da Cruz, o Manuel Botelho Mourão, eleito do PS e o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a moção a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

----- **ORDEM DO DIA:** -----

3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

a) Grandes Opções do Plano e Orçamento/Dois Mil e Vinte e cinco, Dois Mil e Vinte e Nove.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou

a seguinte **PROPOSTA**: Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento Dois Mil e Vinte e cinco, Dois Mil e Vinte e Nove. -----

FUNDAMENTOS: UM -De acordo com o nº 46-1 do ponto 11 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) nº 26 contabilidade e relato orçamental, publicadas em anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, na redação atual, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) ---

DOIS -Conforme o disposto na alínea c) do nº. 1 do art.º 33º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual. -----

*documento que será dado como reproduzido na Ata da reunião. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, o Senhor Sérgio Manuel da Silva Santiago, eleito da CDU, o Senhor Ricardo Jorge da Cruz, eleito do PS, o Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais e Manuel Botelho Mourão, eleito do PS. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Joaquim António Gamito, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, Fábio Daniel de Figueira Almeida Pereira, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz.- Cinco abstenções, das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Ana Harea, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva e António Mário Conceição da Costa.** -----

Seis votos contra, sendo, um do eleito do PS, Senhor Manuel Botelho Mourão, três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e Maria Teresa Pereira Machado Branco, um da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira e um do eleito do Chega, Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor Manuel Botelho Mourão, eleito do PS, foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: “Voto contra as Grandes Opções do Plano 2025/29. -----

1 – Em virtude de ser apresentado na rubrica outros um valor na receita de 3.409.590€ e na despesa a rubrica outros ascende a 9.592.580€. -----

2 – O total de impostos diretos é de 9.520.000 euros e não se assiste à distribuição de parte dos 5% do IRS, à diminuição do IMI e à aplicação do IMI Familiar” -----

Pelo Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, em representação dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que a Declaração de Voto, será a

mesma que foi apresentada na Câmara Municipal pelo Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito pela mesma força política: “Estamos perante um orçamento na mesma linha dos anteriores, um orçamento de gestão corrente, que não aposta numa estratégia para o Concelho. -----

A nível fiscal, a Câmara continua a reduzir gradualmente o IMI, sabendo que a receita nominal deste imposto se mantém, em vez de baixar definitivamente para o nível mais reduzido. Essa redução não traria qualquer impacto para as contas do Município. -----

Continua também a recusar implementar o IMI familiar, reduzir a participação no IRS dos Municípios, ou a derrama paga pelas empresas. -----

Os investimentos não são definidos pela sua prioridade, mas sim em função da tipologia dos fundos comunitários disponíveis, e a Câmara continua a ignorar as oportunidades que surgem com o crescimento da actividade económica nos concelhos vizinhos, nomeadamente os investimentos na plataforma industrial e logística de Sines, ou o crescimento da actividade imobiliária e turística no concelho de Grândola. -----

No que diz respeito a um dos maiores problemas para as famílias do nosso Concelho, a habitação, embora a Câmara disponha de uma situação privilegiada, uma vez que é proprietária de uma considerável quantidade de terrenos para habitação, principalmente em Vila Nova de Santo André, opta por disponibilizar esses mesmos terrenos de forma demasiado reduzida e faseada. -----

Todos sabemos que este é um problema geral e não apenas do nosso Concelho, mas a verdade é que uma das formas de atenuar o aumento do preço da habitação é a disponibilização de maior oferta.”-----

Pela Senhora Carmen Sofia Martins Figueira eleita do BE, foi apresentada a seguinte declaração de Voto: “À semelhança do ano passado, este é o maior orçamento

de sempre, acompanha a inflação, mas estruturalmente pouco ou nada muda. É um plano apoiado no Plano de Recuperação e Resiliência e transferência de competências.

Para o Bloco de Esquerda o orçamento deve ser o documento que traduz uma política de justiça social e ecológica, com prioridades claras na habitação e na transição energética.

Na Habitação, o GOP restringe-se à Estratégia Local de Habitação e na Transição Energética não há progresso - é um orçamento de “gestão corrente” Em reunião com o

executivo da Câmara, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, voltámos a defender um mercado social de habitação que combata a especulação e enfrente a crise

com mais oferta pública, rendas acessíveis, intervenção em devolutos, a criação de uma bolsa de emergência. apoio ao regime de autoconstrução e/ou cooperativo, assim como

intervir no mercado, acordando com os construtores quotas a custos controlados. -----

A transição energética deve ser justa, republicana e democrática, devendo constituir um contributo imprescindível para a descarbonização, pelo que defendemos que se avance

para a Produção Pública de Energia Renovável, através de unidades municipais de produção descentralizada, com utilização preferencial em edifícios/equipamentos,

iluminação, viaturas e numa rede de transporte municipal com minibus eléctrico.-----

Por não responder às mais prementes necessidades das populações no que diz respeito à grande crise habitacional e auto suficiência energética, o Bloco de Esquerda vota **CONTRA**” -----

Pela Senhora Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte declaração de Voto: “Ao tomarmos conhecimento do orçamento e das Grandes Opções do Plano(GOP) da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, é evidente que estamos perante um documento estratégico que reflete uma visão ambiciosa, mas responsável, para o desenvolvimento do concelho. Este é o orçamento com o maior volume de investimento de sempre, traduzindo-se numa aposta clara e consistente no progresso e na melhoria da qualidade de vida da população. -----

Os investimentos previstos abrangem áreas essenciais como a regeneração urbana, a cultura, a educação, o desporto, e o apoio ao movimento associativo e às corporações de bombeiros. Estes são pilares fundamentais para o bem-estar da população, demonstrando que o Executivo está comprometido com as necessidades reais dos municípios e com o crescimento sustentável do concelho. -----

Destacamos ainda a abordagem equilibrada deste orçamento, que alia ambição a realismo, dentro das competências legais da Câmara Municipal. Este equilíbrio é essencial para garantir que os projetos previstos sejam concretizáveis e tragam benefícios tangíveis para a população, reforçando a confiança nas políticas públicas locais. -----

Assim, manifestamos o nosso voto favorável, enaltecendo a visão estratégica que norteia este orçamento e as GOP. -----

Reconhecemos e valorizamos o empenho da Câmara Municipal em trabalhar por um concelho mais desenvolvido, inclusivo e dinâmico, onde todos possam usufruir de uma melhor qualidade de vida. -----

Que este seja mais um passo para afirmar Santiago do Cacém como um território de oportunidades e progresso!” -----

b) Mapa de Pessoal 2025. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA: UM:** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Mapa de Pessoal para 2025, com identificação dos postos de trabalho, cujas funções preenchem os requisitos de penosidade e insalubridade e nível atribuído.

DOIS: Aprovar a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores que desempenham funções nas áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, higiene urbana, saneamento, procedimentos de inumações, exumações, transladações, cremação, abertura, aterro e arranjo de sepulturas, limpeza de canis e recolha de cadáveres animais, bem como de asfaltamento de rodovias, correspondente ao nível alto de penosidade e insalubridade, no valor de 4,99€ ou 15% da remuneração base diária, sendo abonado a que corresponde ao valor superior, por cada dia efetivamente prestado, em sujeição àquelas condições, com efeitos reportados a 01 de janeiro de 2025. -----

FUNDAMENTOS: De Facto: Tendo em conta a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros

disponíveis, o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução, bem como a identificação dos postos de trabalho da carreira geral de assistente operacional cuja caracterização implica o exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade, e nível atribuído e é aprovado pela Assembleia Municipal. -----

De Direito: De acordo com o disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro. -----

*documento que será dado como reproduzido na Ata da reunião. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, eleito do PS. Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Joaquim António Gamito, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, Fábio Daniel de Figueira Almeida Pereira, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e três dos/as eleitos/as do PS, Senhores/as, Ana Harea, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva e Ricardo Jorge da Cruz.** -----

Nove abstenções, sendo quatro das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Manuel Botelho Mourão, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva e António Mário Conceição da Costa, três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e Maria Teresa Pereira Machado Branco uma da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira e um do eleito do Chega, Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro. -----

c) Apoio às Freguesias do Município de Santiago do Cacém - Ano de 2025 -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a aprovação dos seguintes apoios às freguesias, a atribuir em 2025, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações: -----

(unidade: euros)

JUNTAS DE FREGUESIA	TRANSFERÊNCIAS		
	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
Abela	6 450,00	14 940,00	21 390,00
Alvalade	10 408,00	27 486,00	37 894,00
Cercal do Alentejo	14 847,00	29 127,00	43 974,00
Ermidas Sado	13 531,00	12 837,00	26 368,00
Santo André	49 894,00	15 566,00	65 460,00
S. Francisco	19 819,00	8 413,00	28 232,00
União Freguesias Santiago Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu	107 729,00	56 569,00	164 298,00
União Freguesias São Domingos e Vale de Água	14 065,00	27 289,00	41 354,00
TOTAL	236 743,00	192 227,00	428 970,00

FUNDAMENTOS: De Facto UM: As freguesias são entidades autárquicas que prestam, por excelência, serviços de proximidade às populações; -----

DOIS: Tal realidade acentua-se num Município como o de Santiago do Cacém, dada a sua extensão territorial e as diversas necessidades populacionais; -----

TRÊS: Estas autarquias recebem transferências da Administração Central, manifestamente insuficientes para que possam fazer face aos custos inerentes aos já referidos serviços que prestam às populações; -----

QUATRO: Ainda que competisse à Administração Central que as transferências de verbas que realiza para as freguesias sejam ajustadas e proporcionais às competências conferidas, importa garantir a continuidade da prossecução, promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações através das Juntas de Freguesia; -----

CINCO: Encontra-se previsto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025 dotações que englobam os apoios em causa. -----

De Direito: UM: Compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta, de acordo com o artigo 33.º n.º 1, alínea ccc) do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

DOIS: Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, de acordo com artigo 25.º n.º 1, alínea j) do supracitado regime. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Joaquim António Gamito, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, Fábio Daniel de Figueira Almeida Pereira, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz.**-----
Onze abstenções, sendo seis das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva e António Mário Conceição da Costa, três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e Maria Teresa Pereira Machado Branco uma da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira e uma do eleito do Chega, Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro.-----

d) Aquisição de serviços de seguros diversos. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretende celebrar para a aquisição de serviços de seguros, para um período de 36 meses, com início previsto a 01 de abril de 2025, com o encargo estimado de 266 600,00 €, para cada um dos anos de 2025, 2026 e 2027. -----

FUNDAMENTOS: a) De acordo com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente; -----

b) Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação vigente. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Joaquim António Gamito, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, Fábio Daniel de Figueira Almeida Pereira, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, sete das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Manuel**

Botelho Mourão, Ana Harea, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, António Mário Conceição da Costa e Ricardo Jorge da Cruz, três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e Maria Teresa Pereira Machado Branco e um do eleito do Chega, Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro.-----

Uma da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----

e) Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA: UM** –Submeter à Assembleia Municipal a Adesão do Município de Santiago do Cacém à Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, aprovada em Reunião de Câmara de 10/10/2024. -----

DOIS –A designação como representante do Município de Santiago do Cacém na Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, para além do Sr. Presidente da Câmara, que é obrigatoriamente membro daquela Assembleia, a Senhora Vereadora do Pelouro da Saúde, Sónia Gonçalves; -----

DOIS –A designação da Dirigente Filomena Martins Marquês para integrar a Equipa Técnica e participar nas reuniões organizadas bimestralmente por aquela entidade; -----

FUNDAMENTOS: De Facto: Igual aos Fundamentos de Facto da Proposta de Agenda com o N.º de Registo n.º 30186, de 02/10/2024, Processo n.º 2024/900.10.502/28. -----

De Direito: UM –Nos termos da das alíneas s) e oo) do n.º 1 do artigo 33, n.º 1 do artigo 108 do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1 do artigo 10 dos Estatutos daquela entidade; -----

DOIS –Compete à Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara Municipal nos termos da alínea u) n.º 1 do artigo 25 e n.º 1 do artigo 108 do anexo da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

*documento que será dado como reproduzido na Ata da reunião. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Joaquim António Gamito, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, Fábio Daniel de Figueira Almeida Pereira, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, quatro das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s, Carlos Luis de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vanda Isabel Aleixo Godinho da

Silva, António Mário Conceição da Costa e Ricardo Jorge da Cruz, três dos/as eleitos/as da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores/as, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e Maria Teresa Pereira Machado Branco e um do eleito do Chega, Senhor Marco Paulo da Silva Mendes Guerreiro. -----

Quatro abstenções, sendo três das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s Manuel Botelho Mourão, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva e Ana Harea, e uma da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----

4. ATIVIDADE AUTÁQUICA -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de agosto a outubro de 2024. -----

*documento que será dado como reproduzido na Ata da reunião. -----

A Senhora Presidente colocou o documento a discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

PARA CONSTAR SE PUBLICA ESTE E OUTROS DE IGUAL TEOR QUE VÃO SER AFIXADOS NOS LUGARES DE ESTILO. -----

Santiago do Cacém, 23 de dezembro de 2024

A PRESIDENTE,

Paula Melopes
